

Educação como produto de consumo no mercado capitalista ou a negação da flama do saber na tecnocracia neoliberal

RENATO NUNES BITTENCOURT*

Resumo

O artigo aborda a degradação cultural promovida pela inserção de parâmetros econômicos alheios ao autêntico projeto de promoção da educação em nossa estrutura social. Duas questões fundamentais surgem dessa problematização: 1) A educação atual é capaz de emancipar intelectualmente o indivíduo? 2) De que maneira vivemos uma crise de criação intelectual a partir da ofensiva neoliberal?

Palavras-chave: Educação; Capitalismo; Infantilismo; Emancipação; Alienação.

Abstract

The article discusses the cultural degradation promoted by insertion of economic parameters other than genuine education promotion project in our social structure. Two fundamental questions arise from this: 1) questioning the current education is able to emancipate the individual intellectually? 2) that way we have a crisis of intellectual creation from the neo-liberal offensive?

Key words: Education; Capitalism; Infantilism; Emancipation; Alienation.



* **RENATO NUNES BITTENCOURT** é Doutor em Filosofia pelo PPGF-UFRJ/Professor do Curso de Comunicação Social da Faculdade CCAA.

Introdução

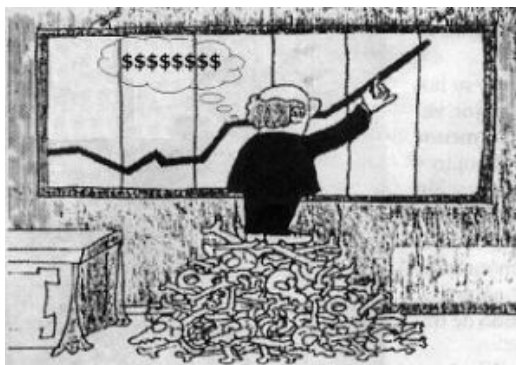
No decorrer deste artigo analisaremos de que maneira a educação se tornou um negócio rentável para os especuladores financeiros infiltrados nas corporações de ensino e de que forma as relações humanas entre professores e alunos nos espaços acadêmicos se modificaram mediante a inserção de parâmetros monetários no processo de aquisição de saber.

A educação subjugada ao poder do Capital e suas interfaces sociais

A educação, submetida aos parâmetros do regime capitalista se torna mais uma mercadoria disponível ao público consumidor, aos estudantes transformados em clientes do sistema de ensino. Não é de se estranhar que instituições acadêmicas privadas substituam os diretores pedagógicos por “gerentes de ensino”, evidenciando assim de forma nua e crua a analogia dessas instituições com as grandes corporações empresariais. Para Néstor García Canclini,

A educação foi cedendo autonomia ao diminuir a importância da escola pública e laica e crescer o ensino privado que, com frequência, subordina o processo educacional às aptidões de mercado e se preocupa mais em capacitar tecnicamente do que formar para aptidões culturais. Em vez de formar profissionais e pesquisadores para uma sociedade do conhecimento, treina peritos disciplinados (CANCLINI, 2008, p. 23).

Toda instituição educacional de fomento privado necessita de rentabilidade em prol de sua



sobrevivência financeira em sistema econômico capitalista terrivelmente competitivo, alheio ao bem-estar existencial do ser humano e desprovido de qualquer pudor moral. Contudo, esse

processo financeiro não pode jamais se tornar um mero recurso para captação incondicional de riquezas para a instituição educacional e seus mandatários, em detrimento da qualidade de vida do corpo docente, cada vez mais explorado por esse sistema economicamente autoritário que deprecia e humilha a dignidade profissional da figura do professor, submetido constantemente a casos revoltantes de assédio moral e mesmo agressões contra sua integridade física por estudantes-consumidores-clientes insatisfeitos. Para Moacir Gadotti,

A escola tornou-se válvula de escape da sociedade opressiva. E quem está suportando a pressão é o professor. Os professores deveriam, por isso, lutar por um adicional no seu salário, uma taxa de insalubridade, decorrente de um sistema social em decomposição (GADOTTI, 1987, p. 125).

Os estudantes “infantilizados” pelo espírito do consumismo são ludibriados com as pretensas facilidades prometidas pela vida universitária das instituições privadas regidas pela lógica plutocrática. Surgem assim vestibulares absurdamente flexíveis onde se faz valer o infame ditame do “pagou, passou”, associada diretamente a um método de ensino deficitário que não prepara efetivamente o alunado para o mercado de trabalho, tampouco promove o desenvolvimento da consciência cidadã. Segundo Lyotard,

Em vez de serem difundidos em virtude do seu valor “formativo” e de sua importância política (administrativa, diplomática, militar), pode-se imaginar que os conhecimentos sejam postos em circulação segundo as mesmas redes da moeda, e que a clivagem pertinente a seu respeito deixa de ser saber/ignorância para se tornar como no caso da moeda, “conhecimento de pagamento/conhecimento de investimento”, ou seja: conhecimentos trocados no quadro da manutenção da vida cotidiana (reconstituição da força de trabalho, “sobrevivência”), versus créditos de conhecimentos com vistas a otimizar as performances de um programa (LYOTARD, 2002, p. 7).

No sistema mercantilista do ensino, o aluno é o cliente preferencial, desde que, todavia, pague em dia todas as taxas acadêmicas que lhe cabem. O aluno só serve ao regime comercialista de ensino na sua condição de consumidor, jamais de um futuro profissional que possa intervir positivamente na estrutura social através do exercício de sua competência intelectual. O progresso da educação estaciona nas margens da decadência intelectual e cândidas mentiras são pronunciadas pelos especuladores educacionais como forme de legitimação social da expansão da educação para todos, ou seja, um genuíno discurso ideológico que mascara as relações de poder desse sistema comercialista. O estudante adquire o diploma, mas ela não tem acesso ao conhecimento, pois o percurso para aquisição do mesmo foi diluído pela ausência de esforço intelectual. Nesse contexto, a análise que Marx estabelece acerca da realidade fetichista do sistema capitalista, onde as relações sociais passam a ser mediadas por coisas que adquirem como que vida

própria, é fundamental para compreendermos o processo de alienação existencial produzida pela introdução dos critérios monetários na composição das modernas interações interpessoais:

O que é para mim pelo dinheiro, o que eu posso pagar, isto é, o que o dinheiro pode comprar, isto sou eu, o possuidor do próprio dinheiro. Tão grande quanto a força do dinheiro é a minha força. As qualidades do dinheiro são minhas – de seu possuidor - qualidades e forças essenciais (MARX, 2004, p. 159).

Na conjuntura plutocrática das relações sociais, tudo é mercadoria e tudo está a serviço da acumulação do capital; não é de se estranhar, portanto, que o sistema educacional tenha se subordinado aos ditames econômicos mais brutais, determinando assim a condução intelectual dos projetos pedagógicos. Conforme argumenta Ivan Illich,

Se não questionarmos a suposição de que o conhecimento é uma mercadoria que, sob certas circunstâncias, pode ser infringida ao consumidor, a sociedade será cada vez mais dominada por sinistras pseudo-escolas e totalitários gerentes de informação (ILLICH, 1982, p. 91).

O professor academicamente exigente corre o risco de vir a ser demitido dessa instituição comerciária (isso quando esse professor não sofre chantagens, pressões institucionais, mesmo agressões por não coadunar com a aprovação acadêmica de estudantes intelectualmente indignos de tal resultado). Nesse quesito, Gilda de Castro aponta: “Na escola-empresa, eles se transformam em clientes e, como tal, não podem sofrer qualquer contrariedade por quem é simples

empregado da organização” (CASTRO, 2003, p. 53).

O professor é assim diminuído em suas funções profissionais, circunstância que acarreta inevitavelmente sua descartabilidade laboral, pois quem não é capaz de lutar por seus direitos básicos progressivamente perde sua representatividade social em uma esfera pública cada vez mais fragmentada. O professor é judiado pelas mais silvestres arbitrariedades do engomado homenzinho de mente tacanha que barbariza a experiência educacional em nome do poder do capital; a avidez desse lunático capitalista representa o grande marco da infelicidade da vida do professor no capitalismo tardio. De acordo com Paula Sibília,

Na oferta educacional contemporânea busca-se oferecer um serviço adequado a cada perfil de público, proporcionando-lhe recursos para que cada um possa triunfar nas árduas disputas de mercado. Isso não é para todos, como a lei, mas tem uma distribuição desigual como o dinheiro: todos os consumidores querem ser distintos e únicos, singulares, capazes de competir com os demais para se destacar com suas vantagens diferenciadas, num mundo globalizado no qual impera um capitalismo cada vez mais jovial, embora também feroz (SIBILIA, 2012, p. 132).

A educação na era tecnocrática do capitalismo neoliberal se configura como um mecanismo que não visa à promoção da singularidade humana em sua possibilidade de expressão criativa, mas acima de tudo a criação de especialistas máximos do mínimo que apenas reproduzem a ideologia da alienação existencial em suas atividades profissionais. Para Christian Laval,

A educação, na época neoliberal, visa, ao contrário, à formação do assalariado ou, mais geralmente, do “trabalhador”, cuja existência parece se reduzir a utilizar conhecimentos operacionais no exercício de uma profissão especializada, ou de uma atividade julgada socialmente útil (LAVAL, 2004, p. 42).

Ensinar em tempos de capitalismo tecnocrático exige habilidades didáticas cada vez mais elaboradas. Com efeito, uma das causas principais para o fracasso educacional dos estabelecimentos privados regidos pelo comercialismo desenfreado reside na influência decisiva de parâmetros economicistas no seu sistema pedagógico: “A escola vende currículo – um monte de bens de consumo feitos pelo mesmo processo e tendo a mesma estrutura que outras mercadorias” (ILLICH, 1982, p. 78). Essas instituições continuamente interferem no processo de avaliação dos professores, pois se estes exigem demais dos estudantes, acarretando muitas reprovações, a universidade comerciária corre o risco de perdê-los para outras instituições academicamente mais complacentes; desse modo, o professor se encontra na obrigação profissional de ser condescendente com a carência intelectual desses estudantes despreparados, que perpetuam sua inaptidão cultural mediante o mecanismo de legitimação da alienação e da estupidez acadêmica estabelecida pela inserção de interesses alheios ao âmbito da verdadeira cultura pelos empresários da educação nos seus negócios acadêmicos. Para José Contreras,

A escola começa a se movimentar para oferecer o que atrai a clientela. E a clientela se movimenta em função do que sente como competitivo no mercado social.

Assim, enquanto escola e usuários não se sentarem para discutir o que acreditam que deveria ser a prática educativa, ambos estarão fazendo movimentos de ajuste a partir de demandas e necessidades que eles próprios não construíram, porque não atuam enquanto grupo que toma decisões deliberativas e compartilhadas, senão como agentes isolados guiados por interesses individuais, não sociais. Não participam na definição coletiva da educação e de sua vinculação com a sociedade, mas tão somente em processos de escolha e de adequação a partir de decisões dos quais estão excluídos, porque são decisões tomadas pela administração (CONTRERAS, 2012, p. 285-286).

A permissividade do sistema comercialista de ensino se reflete no comportamento do estudante em sala de aula e no decorrer de sua vida prática, manifestando-se principalmente no seu desinteresse intelectual e no embotamento de sua personalidade narcísica, pois esse indivíduo se considera a grande joia da coroa do capitalismo educacional; ele somente quer saber dos seus benefícios institucionais e nada mais lhe importa desde que não seja afetado na realização dos seus interesses tacanhos. Se porventura lhe indagarem se aceita a obtenção do diploma sem maior esforço, certamente ele responderá afirmativamente, pois lhe falta tanto o senso de luta pela vitória como também o amadurecimento existencial para reconhecer que toda vida se constitui sempre como um exercício de superação dos seus limites pessoais.

Na sociedade tecnocrática, a formação intelectual cede seu espaço para a arrecadação de novas divisas, agregando nas fileiras estudantis pessoas que, horrível de dizer, não estão

existencialmente e intelectualmente preparadas para as dificuldades intrínsecas da vida acadêmica. Para Paulo Freire,

A sociedade alienada não tem consciência de seu próprio existir. Um profissional alienado é um ser inautêntico. Seu pensar não está comprometido consigo mesmo, não é responsável. O ser alienado não olha para a realidade com critério pessoal, mas com olhos alheios (FREIRE, 1983, p. 35).

Como o estudante da era tecnocrática não é rigorosamente exigido academicamente pela instituição educacional submetida ao crivo mercadológico, ele acaba por perder qualquer parâmetro avaliativo em sua intelectualidade, enfraquecendo a sua capacidade de pensar, tornando-se um indivíduo alienado em um espaço cultural que deveria justamente promover o progresso da sociedade em suas expressões intelectuais, econômicas e materiais. Conforme as indagações de Fernando Savater,

A educação deve preparar gente apta a competir no mercado de trabalho ou formar homens completos? Deve dar ênfase à autonomia de cada indivíduo, com frequência crítica e dissidente, ou à coesão social? Deve desenvolver a originalidade inovadora ou manter a identidade tradicional do grupo? Atendem à eficácia prática ou apostam no risco criador? Reproduzirá a ordem existente ou instruirá os rebeldes que possam derrubá-la? (SAVATER, 2012, p. 17).

A flama do saber se transforma na lama da ignorância, socialmente legitimada pela ideologia da fragilidade do pensamento incapaz de refletir radicalmente sobre qualquer tema intelectualmente mais sofisticado.

Ocorre assim a dissolução do projeto iluminista e sua proposta de emancipação do homem perante toda forma de dominação externa, tal como apresentada por Kant:

Esclarecimento [*Aufklärung*] é a saída do homem de sua menoridade, da qual ele próprio é culpado. A menoridade é a incapacidade de fazer uso de seu entendimento sem a direção de outro indivíduo. O homem é o próprio culpado dessa menoridade se a causa dele não se encontra na falta de entendimento, mas na falta de decisão e coragem de servir-se de si mesmo sem a direção de outrem. *Sapere Aude!* Tem coragem de fazer uso de teu próprio entendimento, tal é o lema do esclarecimento [*Aufklärung*]. (KANT, 2005, p.63-64)

O espírito crítico do Esclarecimento sucumbe perante a infantilização sociocultural legitimada pela conversão da educação em mercadoria acessível para todos que possam pagar por seus benefícios, impossibilitando que se formem assim pessoas responsáveis por suas ações, pois essa massa infantilizada acredita que o poder financeiro é capaz de resolver todos os seus problemas cotidianos, ocasionados justamente por sua característica falta de discernimento acerca da responsabilidade ética por suas ações. A inserção de dispositivos capitalistas nas relações pedagógicas certamente cria pessoas incapazes de promoverem nas suas vidas o processo de esclarecimento intelectual em sua radicalidade. Ironicamente, apesar de vislumbrarem a emancipação perante toda forma de autoridade social (pais, professores, políticos), permanecem atrelados ainda diante de uma autoridade, a do dinheiro, grande mediador de uma existência reificada incapaz de proporcionar qualquer exercício de singularização existencial.

Quando ocorre uma reprovação, a culpa é do professor, quando o aluno não compreende o conteúdo da disciplina, a culpa é do professor, e assim sucessivamente. Cria-se, dessa maneira, uma relação social injusta e tendenciosa que torna o professor o bode expiatório por toda degradação educacional, na qual o estudante não desenvolve a consciência de autonomia na regulação de sua existência, projetando toda responsabilidade pedagógica apenas na pessoa do professor, sem que haja na consciência do estudante o desenvolvimento do senso crítico acerca de sua própria necessidade de participação ativa no processo de formação intelectual; nega-se assim o estabelecimento de uma experiência dialética, na qual ambas as partes se transformam em sua ação no mundo concreto. Olinda Maria Noronha argumenta que

O professor é entendido como um trabalhador polivalente e flexível, que precisa ter as ferramentas para se adequar às demandas do mundo globalizado em constante mutação, priorizando as atividades práticas e as situações concretas na aprendizagem dos alunos, para que estes também respondam de maneira rápida e criativa aos problemas enfrentados no cotidiano (NORONHA, 2008, p. 34).

Ao descrever a constituição ideológica da pós-modernidade, caracterizada pela dissolução do projeto cultural universalista do Esclarecimento, pela constatação de que o projeto de emancipação plena do homem se dissolveu pela barbárie totalitarista, pela crítica ao conceito de identidade atômica e pela fragmentação técnica da experiência do saber, Jean-François Lyotard pondera que

O antigo princípio segundo o qual a aquisição do saber é indissociável

da formação (*bildung*) do espírito, e mesmo da pessoa, cai e cairá cada vez mais em desuso. Esta relação entre fornecedores e usuários do conhecimento e o próprio conhecimento tende e tenderá a assumir a forma que os produtores e os consumidores de mercadorias têm com estas últimas, ou seja, a forma valor. O saber é e será produzido para ser vendido, e ele é e será consumido para ser valorizado numa nova produção: nos dois casos, para ser trocado. Ele deixa de ser para si mesmo seu próprio fim; perde o seu “valor de uso” (LYOTARD, 2002, p. 45).

A vida universitária, cuja nobre função seria a de promover a emancipação plena da consciência estudantil, se torna um período cronológico regido pela regressão bárbara dos costumes, onde toda relação acadêmica se coisifica através de objetivos utilitários, a obtenção do diploma para a inserção imediata no mercado de trabalho. No processo de aceleração espetacular da vida contemporânea, estudar não se configura mais como um exercício de elevação intelectual, mas sim como um esforço doloroso desprovido de sentido. A mentalidade embotada do estudante não reconhece no estudo a possibilidade de suprimir o estado de alienação interior no qual ele se encontra. Percebemos o desinteresse massificado pela leitura no sistema “comerciário” de ensino, pois de um modo geral o alunado anseia apenas pelo saber técnico para se tornar um profissional competente, bem situado no mercado de trabalho, e de modo algum uma pessoa crítica, pensante, que reflita sobre sua própria atividade profissional. Tal como indaga István Mészáros,

Será o conhecimento o elemento necessário para transformar em realidade o ideal da emancipação humana, em conjunto com uma

firme determinação e dedicação dos indivíduos para alcançar, de maneira bem-sucedida, a auto-emancipação da humanidade, apesar de todas as adversidades, ou será, pelo contrário, a adoção pelos indivíduos, em particular, de modos de comportamento dos objetivos reificados do capital? (MÉSZÁROS, 2008, p. 47-48).

Tal fenômeno decorre da desvalorização da leitura em nossa sociedade massificada, na qual apenas o que importa é o imediatismo dos resultados e a espetacularização das vivências, produzindo assim uma consciência reificada, incapaz de desenvolver um nível de capacidade de abstração que não decorre da negação do real, mas da própria compreensão do mesmo e seu subsequente poder de transformação, conforme apresentado por Guy Debord:

A consciência espectadora, prisioneira de um universo achatado, limitado pela tela do espetáculo para trás da qual sua própria vida foi deportada, só conhece os interlocutores fictícios que a entretêm unicamente com sua mercadoria e com a política de sua mercadoria (DEBORD, 2006, p.140).

O ritmo vertiginoso da vida do indivíduo da sociedade moderna exclui dele o apreço pela reflexão e pelo exercício da consciência, e esse processo torna-o mais suscetível de sucumbir perante as forças envolventes da “cultura das imagens”, potencializando ainda mais os seus efeitos deletérios na subjetividade humana. Nessas condições, tudo aquilo que é reflexivo, que demande tempo de pensamento, análise, amadurecimento, recebe da massa intelectualmente alienada o estigma de “chato”, “sem importância”, “cansativo”, além de muitos outros estereótipos que representam o empobrecimento da

experiência de pensamento na era tecnocrática.

A necessidade de o professor empobrecer seu vocabulário para se adequar ao índice de conhecimento deficiente da língua vernácula por parte do alunado, assim como a inserção de elementos histriônicos na dinâmica de suas aulas decorre da lógica pragmatista do projeto tecnocrático do capitalismo tardio, que requer apenas profissionais alienados para a composição dos seus diversos quadros funcionais. O docente uma espécie de animador de auditório que deve pelejar para conquistar despertar a atenção de um alunado que depende cada vez mais de estímulos fortes para se manter na mínima atividade mental. Pensar é algo perigoso na era das emoções fortes da diluição do espetáculo integrado nas relações humanas cada vez mais frágeis da sociabilidade contemporânea:

Sob todas as suas formas particulares – informação ou propaganda – publicidade ou consumo direto de divertimentos –, o espetáculo constitui o modelo atual vida dominante na sociedade. É a afirmação onipresente da essência já feita na produção, e o consumo que decorre dessa escolha (DEBORD, 2006, p. 14-15).

No jargão do futebol, chama-se “domingada” quando um zagueiro pretende manifestar um talento além das suas próprias capacidades técnicas e, em um ato de temeridade, perde a bola para o adversário, correndo o risco de assim comprometer o sucesso de sua equipe. Analogamente, podemos dizer que vivemos então na era das “domingadas pedagógicas”, dias tenebrosos para os professores, submetidos aos caprichos histriônicos de imperiosos diretores cujas cabeças são mais duras que a madeira de um carvalho; nessas condições, os interesses pecuniários dos

investidores das corporações de ensino prevalecem radicalmente sobre todas as disposições culturais autênticas, degradando a busca pelo aprimoramento intelectual em vista do estabelecimento de competências sólidas na formação do estudante. As mensalidades dos alunos devem ser pagas em dia, mas o pagamento dos salários dos professores é secundário para o especulador financeiro travestido de cândido reitor: primeiro deve-se pagar seus caprichos lúbricos, suas ostentações sociais e benesses para figurações do poder. Segundo Laurício Neumann,

Esse ambiente adverso ao crescimento normal, equilibrado e global do indivíduo se dá por diversos motivos. Porém a causa fundamental está localizada na organização da sociedade capitalista cujas relações sociais de dominação e exploração afastam e dividem cada vez mais as pessoas, massificando-as e escravizando-as em torno de interesses gananciosos. É um processo que desagrega e despersonaliza as pessoas em virtude do caráter mercantil das relações sociais (NEUMANN, 1991, p. 37-38).

Ao invés de favorecermos o desenvolvimento de uma sociedade democrática regida pela criticidade, transformamos a massa humana em um rebanho de consumidores felizes, pois que plenamente “integrados” aos ditames do sistema capitalista, gerando-se assim a redução intelectual do estudante ao estado de infantilismo narcísico, como uma criança que tudo quer instantaneamente. Para Istvan Mészáros,

Limitar uma mudança educacional às margens corretivas interesseiras do capital significa abandonar de uma só vez, conscientemente ou não, o objetivo de uma transformação social qualitativa. Do

mesmo modo, contudo, procurar imagens de reforma sistêmica na própria estrutura do sistema do capitalismo é uma contradição em termos. É por isso que é necessário romper com a lógica do capital se quisermos contemplar a criação de uma alternativa educacional significativamente diferente (MÉSZÁROS, 2008, p. 27).

O projeto econômico do ensino privado quando destituído de genuínos objetivos educacionais tende assim a prejudicar o amadurecimento existencial do estudante, pois este, ludibriado pela permissividade dos seus progenitores e preservado pela lógica bonachona do capital, perde todo senso de responsabilidade perante o mundo, tornando-se então incapaz de se responsabilizar por seus atos irrefletidos. Adorno e Horkheimer, ao descreverem a sociedade administrada capitalista, destacam que

Quanto mais a realidade social se afastava da consciência cultivada, tanto mais esta se via submetida a um processo de reificação. A cultura converteu-se totalmente numa mercadoria difundida como uma informação, sem penetrar nos indivíduos dela informados. O pensamento perde o fôlego e limita-se à apreensão do fatual isolado. Rejeitam-se as relações conceituais porque são um esforço incômodo e inútil (ADORNO & HORKHEIMER, 1985, p. 184).

O ritmo alucinante do processo de trabalho da sociedade capitalista e o despreparo familiar impede que os filhos recebam a educação conveniente em seus lares, de modo que os pais projetam para a instituição escolar a responsabilidade pela educação total dos filhos, imiscuindo-se de seu dever primordial. Hannah Arendt aponta que

Qualquer pessoa que se recuse a assumir a responsabilidade coletiva

pelo mundo não deveria ter crianças, e é preciso proibi-las de tomar parte em sua educação [...] A autoridade foi recusada pelos adultos, e isso somente pode significar uma coisa: que os adultos se recusam a assumir a responsabilidade pelo mundo ao qual trouxeram as crianças [...] A educação é o ponto em que decidimos se amamos o mundo o bastante para assumirmos a responsabilidade por ele e, com tal gesto, salvá-lo da ruína que seria inevitável não fosse a renovação e a vinda dos novos e dos jovens (ARENDT, 2011, p. 239; p.240; p. 241).

Nessas condições, no decorrer da configuração tecnocrática do sistema capitalista foi atribuído ao docente o ofício de inculcar nos estudantes valores que concerniam originalmente aos estamentos familiares, mas estes, inseridos em uma ordenação econômico-materialista que exige a participação contínua no sistema de trabalho para acumulação de capital e subsequente ampliação do poder de consumo, alienaram-se dessa responsabilidade ética. Conforme salienta Paula Sibilia, “o desabamento das antigas hierarquias no seio familiar e escolar, essa indistinção gradual entre os papéis de pais e filhos ou professores e alunos, é sem dúvida um aspecto importante na dissolução das etapas da vida organizada pela modernidade” (SIBILIA, 2012, p. 111).

O clientelismo economicista é, sem dúvida, potencialmente sedutor sobre as individualidades ávidas pelo consumo fácil e todo prazer efêmero daí resultante, promovendo assim a cristalização das disposições narcísicas da pessoa que, adulada pelo discurso publicitário, sente-se na obrigação de ser feliz, ainda que tal estado de

felicidade se conquiste através da anulação do outro. Para Beatriz Sarlo,

Quando a administração educacional perde poder e recursos, os grandes ministros da educação são, na verdade, os gerentes e programadores do mercado, cujos valores não incentivam o surgimento de uma sociedade de cidadãos iguais e sim o de uma rede de consumidores fiéis (SARLO, 2005, p. 101-102).

No sistema “comerciário” de ensino, a instituição visa apenas obter lucro para a sua conta bancária, jamais a promoção da suficiência acadêmica, cultural e intelectual dos seus estudantes, assemelhando-se assim a uma grande loja de departamentos, na qual o indivíduo escolhe de acordo com seu bel-prazer aquilo que deseja consumir, satisfazendo assim as suas necessidades materiais mais elementares. Conforme aponta Ivan Illich,

Ensina-se aos alunos-consumidores que adaptem seus desejos aos valores à venda. São levadas a sentirem-se culpadas caso não ajam de acordo com as predições da pesquisa de consumo, recebendo os graus e certificados que os colocarão na categoria de trabalho pela qual foram motivados a esperar (ILLICH, 1982, p. 79).

A educação, que poderia ser um instrumento essencial para a mudança da estrutura excludente do regime capitalista, torna-se justamente instrumento dos seus mais violentos processos de dominação ao fornecer os “conhecimentos” e o pessoal necessário para a manutenção da maquinaria produtiva em expansão desse sistema, gerando ainda um sistema ideológico que legitima os interesses dominantes das grandes corporações empresariais.

Considerações finais

No decorrer deste texto vimos um quadro tenebroso que perpassa as relações profissionais dos professores da sociedade regida pela ideologia neoliberal e de que maneira a subjetividade dos estudantes, apoiada pela permissividade das instituições comerciais de ensino, adotou esse discurso nas suas práticas cotidianas. Somente uma radical luta por reconhecimento permitirá que a classe docente destrua esse jugo economicista que torna o ofício de professor uma espécie de servo da estrutura alienante do capitalismo tardio. Nessas condições, todas as ações sociais perpetradas pelo professorado são legítimas para que sua respeitabilidade humana seja reconquistada, e certamente caberia aos órgãos públicos maior fiscalização nos espaços educacionais, penalizando as instituições acadêmicas que porventura não permitam ao professor desenvolver suas atividades profissionais com autonomia, segurança e dignidade.

Referências

- ADORNO, Theodor & HORKHEIMER, Max. **Dialética do Esclarecimento: fragmentos filosóficos**. Trad. de Guido Antônio de Almeida. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1985.
- ARENDT, Hannah. **Entre o passado e o futuro**. Trad. de Mauro W. Barbosa. São Paulo: Perspectiva, 2011.
- CANCLINI, Néstor García. **Leitores, espectadores e internautas**. Trad. de Ana Goldberger. São Paulo: Iluminuras, 2008.
- CASTRO, Gilda de. **Professor submisso, aluno-cliente: reflexões sobre a docência no Brasil**. Rio de Janeiro: DP&A, 2003.
- CONTRERAS, José. **A autonomia dos professores**. Trad. de Sandra Trabucco Valenzuela. São Paulo: Cortez, 2012.
- DEBORD, Guy. **A Sociedade do Espetáculo – Comentários sobre a Sociedade do Espetáculo**. Trad. de Estela dos Santos Abreu. Rio de Janeiro: Contraponto, 2006.

FREIRE, Paulo. **Educação e Mudança**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1983.

GADOTTI, Moacir. **Educação e poder**: introdução à pedagogia do conflito. São Paulo: Cortez, 1987.

ILLICH, Ivan. **Sociedade sem escolas**. Trad. de Lúcia Mathilde Endlich Orth. Petrópolis: Vozes, 1982.

KANT, Immanuel. “Resposta à pergunta: que é Esclarecimento”? In: **Textos Seletos**. Trad. de Raimundo Vier e Floriano de Souza Fernandes. Petrópolis: Vozes, 2005, p. 63-71.

LYOTARD, Jean-François. **A Condição Pós-Moderna**. Trad. de Ricardo Corrêa Barbosa. Rio de Janeiro: José Olympio, 2002.

LAVAL, Christian. **A escola não é uma empresa**: o neoliberalismo em ataque ao ensino público. Trad. de Maria Luiza M. de Carvalho e Silva. Londrina: Ed. Planta, 2004.

MARX, Karl. **Manuscritos Econômico-Filosóficos**. Trad. de Jesus Ranieri. São Paulo: Boitempo, 2004.

MÉSZÁROS, István. **A educação para além do Capital**. Trad. De Isa Tavares. São Paulo: Boitempo, 2008.

NEUMANN, Laurício. **Educação e comunicação alternativa**. Petrópolis: Vozes, 1991.

NORONHA, Olinda Maria. “Globalização, mundialização e educação?”. In: LUCENA, Carlos. **Capitalismo, Estado, Educação**. Campinas: Alínea, 2008, p.13-42.

SARLO, Beatriz. **Tempo Presente: notas sobre a mudança de uma cultura**. Trad. de Luís Carlos Cabral. Rio de Janeiro: José Olympio, 2005.

SAVATER, Fernando. **O Valor de Educar**. Trad. de Monica Stahel. São Paulo: Planeta, 2012.

SIBILIA, Paula. **Redes ou paredes**: a escola em tempos de dispersão. Trad. de Vera Ribeiro. Rio de Janeiro: Contraponto, 2012.

Recebido em 2013-06-23
Publicado em 2013-07-06